



“Acordaram uniformemente em convocarem os melhores do povo desta vila”: estratégias de manutenção de poder das elites locais (Taubaté/SP, 1780-1808)

“They uniformly agreed to summon the best of the people of this village”: strategies to maintain power of the local elites (Taubaté / SP, 1780-1808)

GARRIDO, Felipe de Moura¹

Resumo: A sociedade colonial, em certa medida, se estruturou a partir das normas de convivência e sociabilidade advindas de Portugal e adaptadas à realidade de cada parte do Império Português. Neste artigo, faz-se o estudo de caso da Câmara da Vila de Taubaté, na capitania de São Paulo, para compreender algumas estratégias de manutenção de poder. Através das Atas da Câmara de Taubaté, dos Maços de População e dos documentos testamentários, será reconstruída parte da rede social da Câmara, indicando os sujeitos com maior quantidade de participações nas vereanças e os indivíduos centrais nas principais reuniões da câmara. O artigo utiliza o software Pajek para Análise de Redes Sociais (ARS), que faz representações gráficas das redes sociais a partir dos dados computados.

Palavras-chave: Elites locais, redes sociais, sociedade colonial.

Abstract: The colonial society, to a certain extent, was structured from the norms of

¹ Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail para contato: fegarrido@gmail.com.

coexistence and sociability coming from Portugal and adapted to the reality of each part of the Portuguese Empire. In this paper, the Town Hall of Taubaté Village, captaincy of Sao Paulo, is a case of study to understand the strategies for power maintenance. Through the Taubaté's Town Hall Documents, the Maços de População and the testamentary documents, part of the Town Hall's social network will be rebuilt, indicating the individuals with the greatest number of participation in the city's council and the central individuals in the main meetings of the town hall. The article uses the Pajek software for Social Network Analysis (ARS), which makes graphical representations of social networks from the computed data.

Key-words: local elites, social network, colonial society.

Em 1775, os oficiais da câmara de Taubaté se reuniram para escrever diretamente ao rei de Portugal em nome do “povo” taubateano. No ofício, eles defendiam a proibição da plantação de cana-de-açúcar e fumo nas capitanias de Minas Gerais, Goyazes e Cuiabá. Segundo eles, sem a proibição ocorria “grande prejuízo” à Real Fazenda e “ao bem comum de toda esta capitania de São Paulo”. De forma específica, eles expuseram que o volume de fumo e de aguardente comercializado era de 370 mil arrobas e 480 mil barris, respectivamente. Este volume renderia 765 contos de réis de imposto de direito de entrada para a Fazenda Real, a travessia de rios levantaria mais 170 contos de réis e a circulação de boiadas para o transporte das mercadorias avultaria em mais 20 contos de réis as rendas da Fazenda.

Além disso, diziam que os escravos colocados para trabalhar na lavoura abandonavam a mineração, o que causava a redução na extração de metais. Eles citaram o caso específico da freguesia de Xipotó, onde 5 mil escravos estavam ocupados na fabricação de fumos, “esquecidos da extração do ouro”. Ademais, a proibição desenvolveria as capitanias de São Paulo, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, pois teriam que abastecer a região mineradora, inclusive adquirindo mais mão-de-obra escravizada na Costa da Mina (Arquivo Histórico Ultramarino, cx. 7, d. 397, 1775).

O ofício enviado revela a dinâmica econômica e social da sociedade taubateana, que será tratada neste artigo. O ponto de partida indica a preocupação dos camarários com o desenvolvimento da agricultura paulista, especificamente da cana-de-açúcar e do fumo, com o pagamento dos impostos para o rei de Portugal e as dinâmicas estabelecidas pelo comércio. No aspecto social, identifica-se a centralidade do rei na resolução de conflitos e a importância dos oficiais da câmara na representação da vontade do povo taubateano.

O presente artigo visa compreender quem eram os sujeitos que ocupavam os postos da câmara, ² a relevância dessa instituição na dinâmica social local e as

² A pesquisa utiliza o termo elites a partir dos postulados de João Fragoso, Carla Almeida e Carlos Sampaio: “[...] podemos agregar esses senhores [que tentavam controlar as principais atividades econômicas na colônia] sob a rubrica de elites coloniais. Elite no plural, pois vários grupos, mesmo em graus diferentes partilhavam aquele papel” (2007, p. 19). As elites descritas pelos autores foram divididas em nobreza principal da terra e negociantes de grosso trato. Todavia, a realidade de Taubaté mostrou que essas elites se confundiam, pois ocorreu a pluralidade de atividades econômicas em um mesmo domicílio. Ao mesmo tempo, as trajetórias identificadas na pesquisa demonstram que a circulação pela câmara era uma estratégia recorrente, independentemente da atividade econômica ou da posse de escravos apontados pelos indivíduos. Motivo pelo qual, adota-se a ideia de elites locais, as quais controlavam as principais

estratégias de manutenção do poder na vila de Taubaté. Para tanto, faz-se necessário a análise das atas da câmara de Taubaté, dos maços populacionais (entre 1788 e 1830) e dos inventários/testamentos de sujeitos considerados centrais. Os dados serão apresentados a partir de grafos³ gerados pelo software Pajek⁴, comumente usado na Análise de Redes Sociais (ARS).

O primeiro passo para se compreender a dinâmica de poder em determinada localidade da América Portuguesa é identificar as características gerais da região estudada. O segundo passo visa compreender as estruturas de poder na sociedade colonial, analisando a relevância da câmara no contexto local e a forma de ocupação dos cargos oficiais.

O Vale do Paraíba Paulista e a vila de Taubaté

A formação da vila de Taubaté teve início ainda no século XVII, em 1640. O explorador Jacques Félix recebeu autorização da Condessa de Vimeiro, donatária da capitania de São Vicente, para erigir a vila de São Francisco das Chagas de Taubaté na bacia do rio Paraíba do Sul. Félix cultivava suas propriedades na região desde o ano de 1628. Após várias Entradas, os índios que viviam no Vale do Paraíba foram apaziguados. Esta região de planície se formou às margens do rio Paraíba do Sul e entre as Serra do Mar e da Mantiqueira (ORTIZ, 1996, p. 22-23).

A vila de Taubaté passou a funcionar como um centro irradiador de povoamento para a região Leste da capitania. Criou-se o núcleo urbano de Taubaté no topo quase plano de uma colina, a cerca de 575 metros de altitude, “a salvo de inundações prejudiciais”. A pouco mais de 200 metros deste centro, encontravam-se dois córregos que forneciam água para a população branca e ameríndia. Na urbe, o explorador Jacques Félix fez erigir quatro importantes construções: a igreja matriz, a casa do Conselho, a cadeia e o Convento (ORTIZ, 1996, p. 31-32). Esse pequeno núcleo urbano foi construído de forma planejada, sendo suas ruas largas, retas e perpendiculares, formando uma espécie de retângulo alongado, facilitando o deslocamento pela região do Vale, mantendo-se próximo ao Rio Paraíba do Sul e aos córregos da região. Também foram construídos pequenos caminhos que ligavam a vila aos portos do litoral Norte paulista, ao Rio de Janeiro, à vila de Parati e a São Paulo (ORTIZ, 1996, 29-30 e 49-51). Da mesma maneira, outras vilas próximas foram criadas com o mesmo intuito, fortalecendo a exploração do “sertão” (ALVES, 1999, p. 1-2; RANGEL, 1990, p. 42-46).

No final do século XVII e início do XVIII, os moradores da vila de Taubaté organizaram várias Bandeiras em busca de ouro e indígenas. As explorações resultaram no descobrimento de jazidas de metais e no surgimento de várias vilas mineiras, sendo Ouro Preto o principal exemplo. Os caminhos da época passavam pela região do Vale do Paraíba até a chegada ao porto de Parati, onde se embarcava para o Rio de Janeiro. Para garantir a tributação sobre o ouro foi criada a Casa de Fundação do Ouro na vila de

atividades econômicas e a principal instância de poder local.

³ “Conjunto de pontos chamados vértices, em certos pares estão ligados por uma linha orientada (flecha) ou não (aresta)”. “Grafos”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <<https://priberam.pt/dlpo/grafos>>. Acesso em: 15 mar 2018. Os vértices são as pessoas que atuaram na câmara.

⁴ Para conferir mais estudos históricos que fazem uso do *software Pajek*: BOTELHO, ANDRADE, LEMOS, 2013.

Taubaté, em 1695. Pouco depois, contudo, devido à Guerra dos Emboabas, os paulistas perderam o predomínio sobre a região mineradora e fechou-se a Casa de Fundição de Taubaté (TOLEDO, 1976, p. 13-15).

No século XVIII, porém, observamos mudança significativa na capitania de São Paulo. Na primeira metade, até 1748, a atividade mineira foi perdendo importância, sendo substituída pela produção de açúcar. Politicamente, a capitania enfraqueceu e perdeu sua autonomia, tornando-se parte do Rio de Janeiro. Em 1765, a autonomia administrativa foi retomada e novos incentivos foram feitos pela Coroa portuguesa, estimulando a produção de gêneros alimentícios voltados para o mercado interno e para a produção de açúcar (PETRONE, 1968, p. 9-23; SERRATH, 2007, p. 19-38). Além disso, como o documento inicial mostra, existia uma rede mercantil para a circulação dos produtos, conectando o Sul da América Portuguesa à região mineradora, facilitado pela posição geográfica da vila e os vários caminhos que partiam da região.

O Maço de População de 1802 traz algumas informações importantes para identificar a economia taubateana. A produção de gêneros alimentícios (milho e feijão, principalmente) estava presente em quase todos os fogos arrolados.⁵ A marcação de animais também era significativa, especialmente entre os maiores proprietários que tinham mais de dez escravos. E, por fim, a produção de açúcar ocorreu em dezesseis unidades diferentes. Notamos, portanto, uma pauta produtiva diversificada, na qual os gêneros de abastecimento eram consumidos e vendidos localmente, mas os animais eram utilizados no transporte de produtos e o açúcar era exportado via porto do Rio de Janeiro, embora os governadores paulistas tenham tentado evitar o comércio de cabotagem (MATTOS, 2009, p. 62-102). Por fim, o café surgiu na vila no início do século XIX e houve o aumento desta produção nas duas primeiras décadas, tornando-se produto de exportação dos principais fogos taubateanos, em 1830.

As mudanças econômicas, porém, ocorreram em concordância com a concentração de riqueza. Maurício Alves utilizou os inventários para descobrir o padrão de riqueza da vila de Taubaté, sendo o cativo o item mais valorizado. Em seu texto, ele constatou que, entre 1774 e 1835, “somente um quarto da população possui cativos” (ALVES, 2001, p. 1). Da mesma forma, o maço populacional completo de 1808 mostrou que do total de 1.607 fogos arrolados somente 7,79% apresentaram cativos.⁶ Portanto, ser proprietário de um escravo era fator de distinção social na vila de Taubaté.

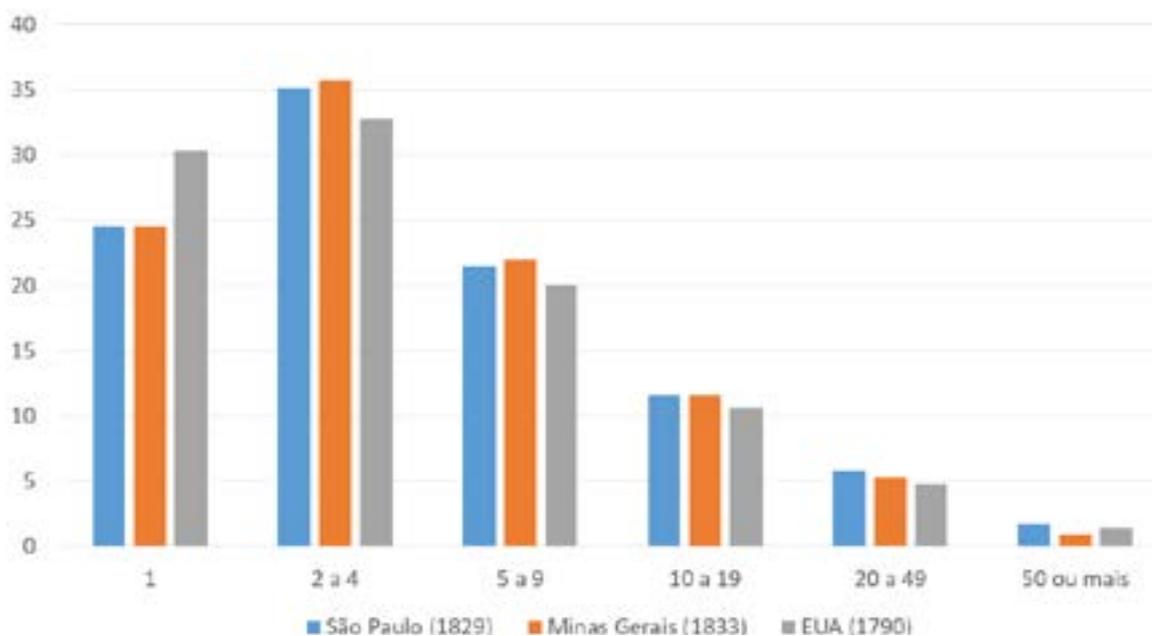
Os historiadores Francisco Luna e Herbert Klein analisaram os maços populacionais de diferentes localidades da América portuguesa e constataram que os cativos estiveram presentes em 20% a 30% dos domicílios, sendo a escravaria bem

⁵ O objetivo central da pesquisa é identificar as estratégias das elites locais. Dessa forma, somente selecionamos os fogos (ou unidades produtivas) dos proprietários de mais de dez escravizados ou dos indivíduos que arrolaram a produção de açúcar ou, ainda, as pessoas ligadas ao comércio, haja vista que os negociantes, em geral, não investiam em cativos.

⁶ Os documentos utilizados mostram situações divergentes, pois determinam momentos distintos da vida de um sujeito. Os inventários eram produzidos após a morte de indivíduos que tinham bens a partilhar entre seus herdeiros. Os maços populacionais foram séries anuais que mostravam a produção de uma unidade agrícola em determinado ano. Logo, os documentos revelam instantes diferentes da vida dos sujeitos. Além disso, os inventários foram feitos para um grupo específico, mas os maços de população arrolavam todos os moradores de cada vila. Assim, os números que apontamos foram colhidos a partir dos maços populacionais (APESP, Maços de População, vila de Taubaté, 1808, acervo microfilmado). E, os números apresentados por Maurício Alves foram encontrados nos inventários sistematizados pelo autor, o que revela uma parcela específica da população taubateana.

distribuída entre os senhores. Eles concluíram que os pequenos proprietários eram numerosos e, “os grandes fazendeiros com muitos escravos eram minoria” (KLEIN, LUNA, 2010, p. 155). Esses números revelam que a posse de escravos, embora mais bem distribuída em determinadas regiões, estava concentrada nas mãos de poucos senhores que constituíam plantéis numerosos. Como podemos identificar no gráfico:

Gráfico 1 – Distribuição das propriedades por tamanho de plantel divididos em regiões



Fonte: KLEIN, LUNA, 2010, p. 121.

O gráfico 1, portanto, exemplifica aquilo que Maurício Alves chamou de “*manutenção da diferença*”. Em outras palavras, os ganhos econômicos advindos do processo de desenvolvimento econômico da vila ficavam restritos ou concentrados à elite econômica e social da vila (os grandes proprietários de escravos negros e/ou indígenas). De forma mais refinada, Fragoso e Florentino pontuaram que, no Rio de Janeiro, os negócios mais rentáveis estavam ligados à atividade mercantil que era concentrada por um pequeno grupo de negociantes de grosso trato. Em menor proporção, esse grupo investia em elementos ligados à agro exportação (escravos e terras) para assegurar a posição de mando e o *status* de senhores de engenho (FRAGOSO, FLORENTINO, 1998, p. 71-79).

Os números referentes à posse de cativos revelam a concentração de mão de obra compulsória nas propriedades de poucos senhores. Os inventários e testamentos dos principais da vila revelaram que os bens que compunham as fortunas eram: escravos, bens de raiz, dívidas ativas e animais. Os escravos respondiam por 46% da fortuna dos senhores analisados, enquanto os outros elementos compunham 28%, 15% e 6%, respectivamente (Arquivo Histórico Municipal de Taubaté, inventários e testamentos, 1780-1830). Portanto, os escravos eram os principais bens na composição da fortuna das elites locais.⁷

⁷ Os inventários tratados foram selecionados de acordo com a posição de mando dos senhores na vila de Taubaté. Ao todo, foram selecionados 51 inventários de diferentes senhores e senhoras que tiveram relevância social, seja através dos maços de população, das atas da câmara ou nos postos das Ordenanças. Para uma análise mais profunda: Cf. GARRIDO, Felipe. *Produção e comércio na vila de Taubaté (1780-*

Os maços populacionais apresentaram o nome dos principais proprietários de escravos entre 1789 e 1830. Em 1789, o sargento-mor Eusébio José de Araújo foi o único a ultrapassar a casa dos quarenta cativos, somando 44 peças. A dona Ana Joaquina de Sá era proprietária de 24 e a dona Catarina da Silva, mãe do capitão José Correia Leme Marzagão, era a proprietária de 33 negros escravizados. Em 1793, novamente o sargento-mor foi o principal proprietário de cativos com 57 almas. Acima de vinte escravos, encontramos o tenente Domingos Ferreira da Silva, o tenente João Antunes da Silva, Thomas da Vila Nova Guedes, o alferes Manuel Antônio Alves e João Moreira da Costa. Em 1797, o sargento-mor Eusébio José de Araújo se repete, agora com 58 escravos. Seguiram-no Domingos Ferreira da Silva (34 escravos), Anna da Costa Manso (33), Maria Abreu de Souza (33), o capitão Jose Correia Leme Marzagão (29), o capitão Antônio Cordeiro Coutinho (25), o reverendo João Antunes Cordeiro (23) e Thomas de Vila Nova Guedes (23).

No século XIX, o número de proprietários de mais de vinte escravos aumentou. Ao mesmo tempo, passamos a listar mais unidades produtivas, pois a documentação arrolou mais detalhes. Em 1802, as propriedades do sargento-mor Eusébio José de Araújo e do reverendo Francisco Moreira da Costa contaram com 62 e 44 cativos, respectivamente. Outros onze domicílios contavam com mais de vinte escravos.

Em 1808, encontramos quatro residências com mais de quarenta escravos. O capitão-mor Manuel Correia Bitencourt, natural de Angra dos Reis, foi senhor de engenho e proprietário de 43 cativos. O reverendo Francisco Moreira da Costa aumentou seu plantel para 70 almas, a viúva do sargento-mor Eusébio, dona Margarida Florinda de Jesus, arrolou 66 negros escravizados e, por último, o capitão de cavalaria Manuel Luis da Cunha Guimarães, natural de Guimarães, anotou 42 escravos.

Os casos e números referidos acima permitem identificar o quadro de concentração de escravos em poucos domicílios. Após 1808, não houve a ocorrência de quatro ou mais domicílios com mais de quarenta escravos, até 1830. Portanto, percebe-se que a concentração de mão de obra compulsória foi uma regra na vila, confirmando as palavras de Klein e Luna.

Política local no Império Português

Nuno Monteiro, ao analisar as elites locais no reino português, observou que as Ordenações (1651) apontavam a necessidade de nobreza para ocupar cargos de comando e ausência de trabalho mecânico nos candidatos aos postos das Câmaras. Ao mesmo tempo, no século XVIII, tornou-se costumeiro o “viver à lei da nobreza” como requisito suficiente para ocupar os postos de comando (MONTEIRO, 2007, p. 47-74). O autor anotou que os arrolamentos selecionavam os principais da terra, o que não significava, necessariamente, os mais ricos. Seguiu-se o estatuto nobiliárquico na seleção dos elegíveis aos postos oficiais, mas não necessariamente a pureza de sangue e, sim, a forma de condução de sua vida e de sua família.

A lógica de Antigo Regime nos trópicos para a seleção dos postos de comando garantia certa flexibilidade (FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA, 2010, p. 10-15). A cultura política da época era contrária à rápida mobilidade social, mas concebia alguma

1830): o perfil econômico e social das elites locais. 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ascensão que fosse celebrada na tradição. Os ritos de afirmação do estatuto eram fundamentais para compreender essa nova configuração, tais como as procissões, os autos de aclamação e a participação na Câmara. Portanto, a participação na câmara, foco desse texto, era um passo necessário para referendar o mando, o “viver à lei da nobreza”.⁸

Antonil emprestou uma boa noção da cultura política desenvolvida na América Portuguesa:

O ser senhor de engenho é um título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino (ANTONIL, 1997, p. 75).

Essa pequena citação do viajante revela a manutenção da visão de hierarquização social, tal como no reino. Tanto no reino de Portugal quanto na América Portuguesa, buscava-se o ser servido e respeitado, pois era assim que se conseguia alguma mobilidade, sendo o ritual público a afirmação do novo estatuto adquirido. De forma sintética, “os indivíduos que foram para o ultramar levaram consigo uma cultura e uma experiência de vida baseadas na percepção de que o mundo, a ‘ordem natural das coisas’ era hierarquizada” (FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA, 2010, p. 24). E, no mundo ultramarino, a estrutura se tornou mais complexa. A adição de grupos escravizados africanos e indígenas criou novas camadas sociais, ocasionando modificações na formulação básica (FRAGOSO, GOUVÊA, 2010, p. 13-16). Mantinham-se, ainda assim, as noções de mando e prestígio.

Essa realidade se impõe à vila de Taubaté. Os sujeitos que participavam das vereações tinham alçado postos de comando, o que não significa necessariamente que fossem ricos. Eles tinham o mando, eram servidos e respeitados, haviam passado pelo ritual de afirmação de seu estatuto, no qual foram selecionados por seus pares como os “principais da terra”, alguns até mesmo se intitulavam senhores de engenho nos maços populacionais e a grande maioria possuía escravos.

Os reinóis largavam na frente dessa corrida social. Eles estavam mais próximos de garantir a pureza de sangue, conforme estabelecido pela Ordenação. E, em teoria, mantinham contato em duas partes do Império Português, o que era vantajoso especialmente para a atividade mercantil. A análise dos camarários na cidade de São Paulo, no século XVIII, permite constatar que cerca de 90% dos sujeitos envolvidos em atividade mercantil eram provenientes do Reino ou das ilhas atlânticas. A trajetória era, em geral, a mesma: vinham ainda jovens do Reino para morarem na casa de parentes e trabalharem para eles, conseguiam estabelecer a própria morada e abriam os próprios negócios⁹ (BORREGO, 2006, p. 36-40).

⁸ Monteiro ainda faz uma ressalva: “[...] o risco peculiar do fetichismo do direito [...] é o de ignorar as diversas e contrapostas apropriações sociais [...] das hierarquias por eles definidas, a contínua reelaboração e transmutação dos seus significados, em resultado da ação dos atores sociais” (MONTEIRO, 2007, p. 50). Desta feita, podemos encontrar situações distintas para as diferentes realidades do Império português.

⁹ Maria Aparecida Borrego ressalta que eles optavam por ficar pouco tempo no serviço de caixeiros dos parentes também por vislumbrarem as benesses reais. A atividade de caixeiro dificultava esses benefícios

A situação em Taubaté foi similar à encontrada em São Paulo. Em 1802, o maço populacional revela que na primeira companhia, região central da vila, o proprietário de maior plantel de escravos do ano, sargento-mor Eusébio José de Araújo, era natural de Santa Maria do Almagre. Um dos principais negociantes da vila, o capitão da cavalaria Manoel Luis da Cunha Guimarães, era natural do arcebispado de Braga. E, o senhor de engenho Manoel Dias da Cunha Guimarães era natural da freguesia do Porto. Outros negociantes de fazenda seca ou de animais também eram reinóis emigrados para a vila.

A participação dos reinóis na elite local está marcada nas atas da câmara de Taubaté (1780-1797). No documento é possível identificar a participação de Eusébio José de Araújo e Manoel Dias da Cunha Guimarães em votações importantes, quando foram convocados os “republicanos”¹⁰ da vila para participarem, e nas eleições para postos nas ordenanças. Eusébio, inclusive, foi o eleito pela câmara, em 1794, para receber o posto de sargento-mor, o qual cumpriu até o fim de seus dias, e Manoel foi o 3º mais votado na mesma eleição (GUISARD FILHO, 1943, p. 354-355). Assim, conforme apontou Nuno Monteiro, temos um ritual que endossa o papel de mando dos sujeitos pertencentes à câmara.

A primeira distinção social que podemos apontar é a posse de escravos, pois ela significa o mando sobre outro e o afastamento do trabalho mecânico. Em Taubaté, havia uma forte concentração de mão de obra compulsória na propriedade de poucos sujeitos.

O maço de 1789 foi o primeiro a ser sistematizado para a pesquisa, pois foi nessa década que ocorreu o maior desenvolvimento da atividade açucareira na região (PETRONE, 1968, p. 37-41). Anotamos um total de 52 fogos¹¹, dos quais somente um tinha mais de 40 cativos – o fogo do sargento-mor Eusébio José de Araújo –, três tinham entre 21 e 40 escravos e a maioria dos domicílios estavam nas faixas medianas entre 6 e 20 cativos que somavam 28 propriedades.

O maço populacional de 1808 foi transcrito na sua íntegra, assim como o de 1830, e dividimos os fogos de acordo com o tamanho do plantel. A tabela a seguir revela que as propriedades com mais de quarenta cativos representavam menos de 1% dos domicílios, mas 21% dos escravos da vila. E, ao somar a esse grupo a quarta faixa (21 a 40) tem-se 0,62% dos domicílios concentrando 29% da mão de obra. Esses números confirmam as constatações de Klein e Luna e endossam o gráfico anterior.

Os sujeitos que tinham mais escravos tinham grandes propriedades, estavam

por ser entendida como “ofício mecânico”.

¹⁰ O termo republicano aparece nas atas da câmara de Taubaté em algumas reuniões, quando alguns indivíduos eram convocados para opinarem sobre determinados assuntos (GUISARD FILHO, 1943, p. 302-304). No dicionário de Antônio de Moraes Silva (1789) o termo Republicano é descrito como “que vive na República, Que aprova o governo das Repúblicas” e República significava “Zeloso do bem público” “Republicano”, in Dicionário Antônio de Moraes Silva, 1789. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/republicano>>. Acesso em: 15 mar 2018.

¹¹ As primeiras listas nominativas, também denominadas maços de população, tinham caráter puramente militar, pois buscavam listar os braços disponíveis para os conflitos no Sul da América. Todavia, no final do século XVIII e, principalmente, início do XIX, as listas passam a identificar outros detalhes, como a naturalidade, os parentescos e mesmo detalhes sobre a vida dos escravos. Como nosso foco de pesquisa está restrito nas elites locais, não listamos todos os fogos apontados no documento, pois geraria um longo banco de dados com formações que não seriam utilizadas. Optamos por listar os sujeitos com mais de cinco escravos ou que estivessem envolvidos em alguma espécie de mercancia ou, ainda, aqueles que apontaram postos nas ordenanças.

envolvidos com a produção de açúcar na vila e o negócio entre capitânicas, comercializando animais na Região Sul, gêneros exportáveis e cativos no Rio de Janeiro, além de gêneros para abastecimento em Minas Gerais.

Tabela 1 – Posse de escravizados na vila de Taubaté, 1808¹²

FAIXA DE ESCRAVOS	FOGOS	ESCRAVOS	% FOGOS	% ESCRAVOS
0	1275	0	79,24%	0%
01 a 05	249	514	15,48%	31%
06 a 10	55	419	3,42%	25%
11 a 20	20	273	1,24%	16%
21 a 40	5	128	0,31%	8%
Mais de 40	5	345	0,31%	21%
Total	1609	1679	100%	100%

Fonte: autoria própria.

Entre os cinco maiores plantéis encontram-se três senhores de engenho: o reverendo Francisco Moreira da Costa, o capitão de cavalaria Manoel Luis da Cunha Guimarães e o capitão-mor Manoel Correia Bitencourt. As outras duas propriedades eram de dona Margarida Florinda de Jesus, viúva do sargento-mor Eusébio Jose de Araújo, e José Francisco de Castro, agricultor e criador de animais.

A aquisição de mão de obra volumosa significou financeiramente a expansão da produção econômica, mas acreditamos que teve pouca influência sobre o mando. A câmara, por outro lado, serviu como espaço para referendar o papel de mando dos sujeitos na vila. Lembrando que isso excluía as mulheres abastadas – como dona Margarida – por ser um espaço restrito aos homens.

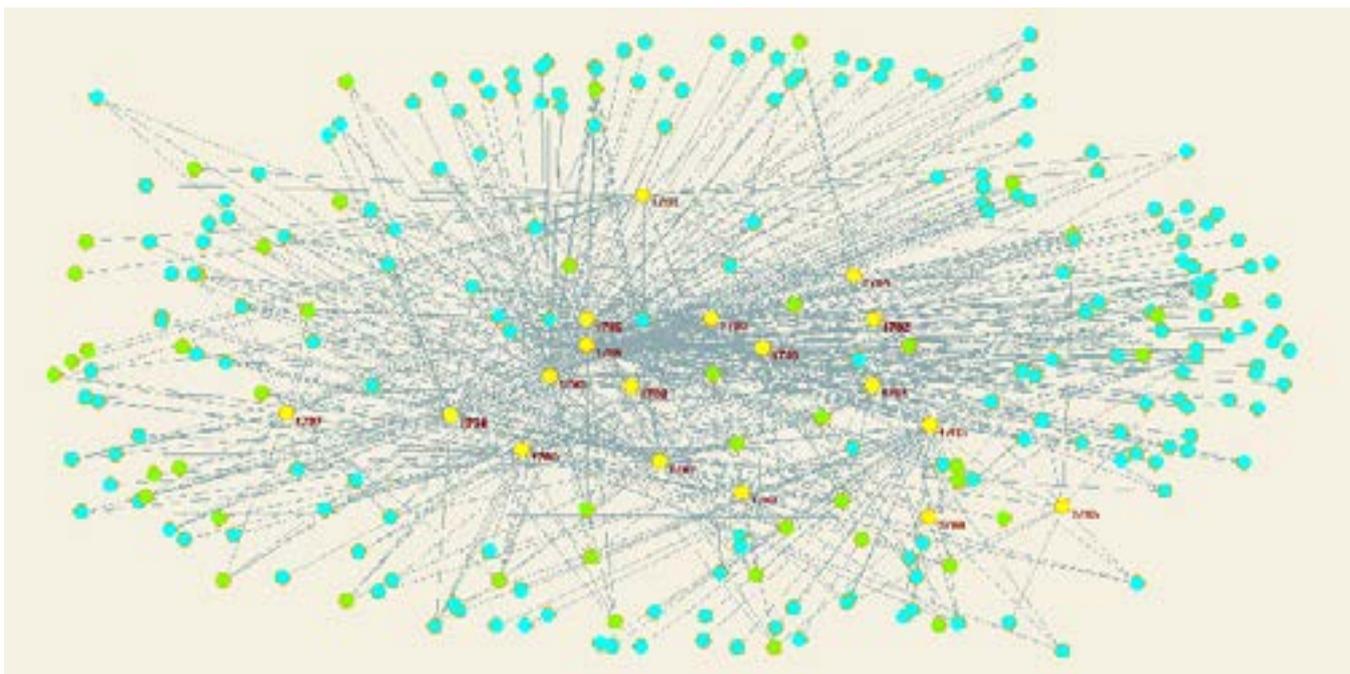
As atas da câmara de Taubaté foram limpas, catalogadas, transcritas e publicadas por Félix Guisárd Filho, em 1943 e 1944. Os documentos mostram um pouco da política local, apresentando as reuniões que lá ocorriam e os sujeitos que delas participavam. Todavia, as informações nem sempre estavam completas, pois algumas eleições não apresentam o vencedor, também não apontam o vencedor de arremates ou utilizam termos genéricos como “passaram petições”. Ainda assim, pudemos estabelecer um banco de dados com os sujeitos que, por algum motivo, estiveram presentes em pelo menos uma sessão da vereança. Também pudemos estabelecer os oficiais que serviram em cada ano. E, por fim, encontramos algumas votações importantes, como contribuições para a reforma da matriz ou para a festa do Nascimento da Princesa da Beira.

Ao todo, em mais de quatrocentas páginas, listamos cerca de quatrocentas reuniões que arrolaram mais de mil nomes, sendo vários repetidos por comparecerem em várias reuniões entre os anos de 1780 e 1797. Esses números formularam um banco de dados que foi exportado para o software Pajek. O programa apresenta as informações de redes sociais em formato de imagens, na qual os sujeitos (denominados vértices) são os pontos redondos e as ligações (arcos) são as linhas que os ligam.

O grafo gerado foi alterado de sua forma original. Primeiramente, alteramos
¹² O mapa geral da vila complementa as informações ao anotar 8.758 habitantes, sendo quase 70% brancos, pouco mais de 15% escravos e 15% pardos.

a coloração dos sujeitos que tinham postos nas ordenanças (verdes) e dos anos de ligação (amarelos). Segundo, retiramos os nomes dos sujeitos, posto que há uma grande quantidade de vértices, mantendo somente os anos de vereança. E, terceiro, centralizamos na imagem os vértices que apresentavam a maior quantidade de ligações. A imagem, portanto, apresentou 18 anos de reuniões, nas quais compareceram 46 sujeitos com postos nas ordenanças e 195 indivíduos que não apresentaram postos.

Imagem 1 – Panorama geral dos camarários na vila de Taubaté, 1780-1797



Fonte: autoria própria.

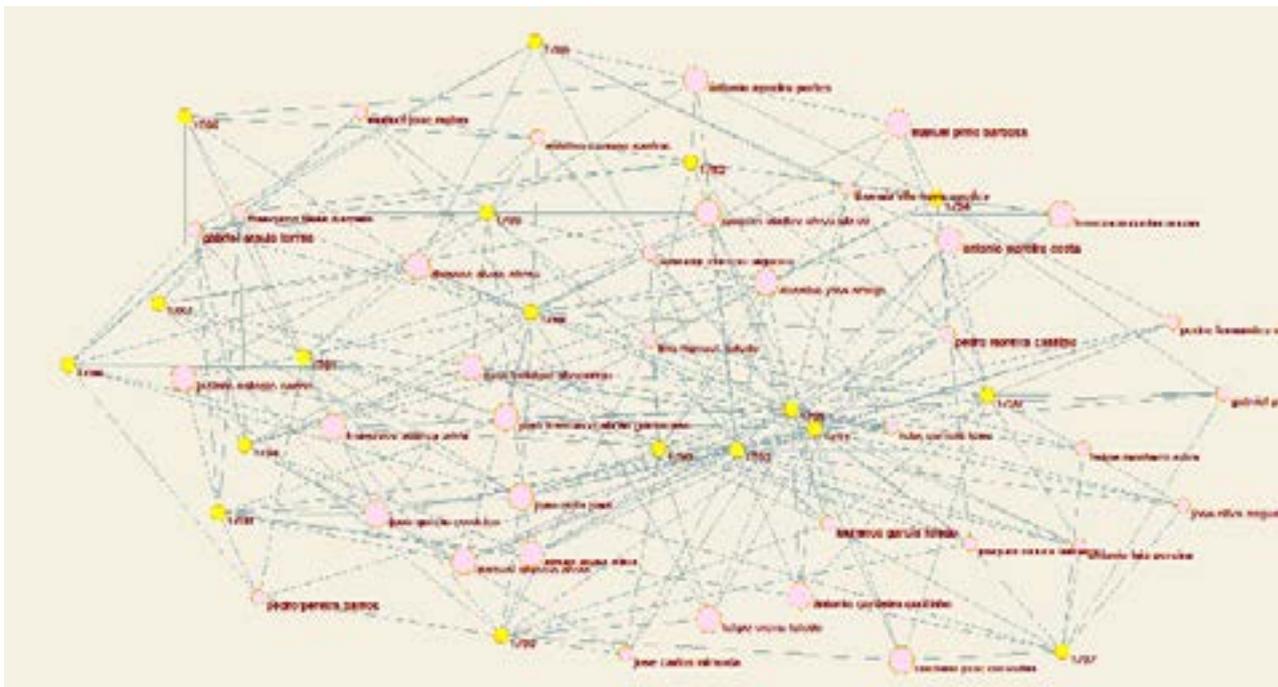
Em seguida, simplifica-se a imagem para destacar os responsáveis pela maior quantidade de ligações entre os anos. A função *k-Core*¹³ identifica os níveis de conexões dentro da rede social e divide os agentes por grau de ligação. Assim, pudemos selecionar os grupos (cluster) com maiores ligações dentro da rede social e reduzindo os vértices. A imagem 2 apresenta o resultado dessa redução, o que nos permitiu manter os nomes dos sujeitos e centralizar aqueles que tinham grande papel na rede social.

A imagem 2 apresenta algumas características importantes para compor o quadro mental da época. Como se viu anteriormente, a maioria dos indivíduos atuantes na câmara não possuíam postos nas ordenanças. Todavia, a realidade se altera na imagem 2, na qual computamos dezoito homens com ordenanças e outros dezoito sem. Os sujeitos com ordenanças foram alterados na função *vector*¹⁴, aumentando o diâmetro das circunferências, e a composição gráfica gerada pelo programa os posicionou em área central da imagem.

¹³ Uma função matemática e gráfica do software *Pajek* que contabiliza os vértices que tiveram a maior quantidade de ligações e, também, as ligações mais centrais na estruturação da rede social.

¹⁴ Função gráfica do *Pajek* que permite atribuir um valor para o vértice de acordo com algum critério. O resultado é o aumento do diâmetro do vértice, dando-lhe destaque.

Imagem 2 – Os sujeitos mais participativos na câmara de Taubaté, 1780-1797



Fonte: autoria própria.

O grafo mostra que alguns sujeitos gravitaram ao redor da câmara, pois estiveram presentes em diferentes vereanças, cumprindo diferentes funções e se mantendo próximos da instância de mando. Os casos mais significativos são os senhores: João da Mota Pais (12 ligações), Francisco Teles de Barreto (10), o Guarda-mor Dâmaso Alves de Abreu (9), José Faustino de Alvarenga (9), Lino Manoel de Toledo (9) e Lourenço Garcia de Toledo (9). Destes sujeitos, compreendemos que Francisco Teles de Barreto tinha uma importância menor no computo de mando, pois flutuou pela câmara devido ao seu cargo de escrivão.

De forma geral, o gráfico revela as elites locais na vila de Taubaté. Os sujeitos que compunham o poder local sabiam que não eram centrais na lógica do poder régio, mas eram vistos como uma nobreza civil que se formou por exercerem as funções camaristas e se manterem numa vida distante da origem popular, embora pudessem ser originários da ralé. Notadamente, a “nobreza da terra inventou sua própria condição de fidalguia”, adaptando-se à realidade imposta pela vida na América e obtendo o reconhecimento da maioria da população (FRAGOSO, ALMEIDA, SAMPAIO, 2007, p. 13-33, citação p. 23).

O juramento da Constituição de 1824, embora posterior à época retratada no artigo, subsidiou pensar a lógica de Antigo Regime conforme seguido na vila de Taubaté. No dia 10 de abril de 1824, os oficiais da câmara fizeram registro de ofício dirigido à Secretaria do Estado, no qual descreveram o juramento à Constituição, conforme transcrito a seguir:

Hoje de manhã, está Câmara vestida com todas as Justiças em grande gala como sói fazer-se em funções semelhantes concorreu com a Nobreza à Igreja Matriz [...] leu o Escrivão desta Câmara em alta voz ao Povo o Projeto de Constituição; [...] o Padre Antônio Moreira da Costa, Vigário Coadjutor, Cônego Honorário da Capela Imperial e Capelão da Imperial Guarda de Honra

FACES DA HISTÓRIA, Assis-SP, v.5, nº1, p. 85-102, jan.-jun., 2018.

e que servia de Presbítero assistente tomou o juramento primeiramente à Câmara, cujo Presidente leu em alta voz a Fórmula do juramento; depois ao Clero, seguiu-se a Nobreza e por fim o Povo mais grado: o Povo miúdo prestou juramento em massa levantando a mão [...] depois disto o Vereador que tinha o Estandarte acompanhado dos Almotacéis e de todos os Oficiais de Justiça foi à porta da Igreja dar os Vivas referidos na já dita Instrução, que foram recebidos e repetidos pelo Povo com aquele entusiasmo que nos merece o nosso Bom Soberano (GUISARD FILHO, 1944, p. 34).

Notadamente, a câmara tinha o poder de nobilitar aqueles que participavam delas. Eram os oficiais da vila, responsáveis por conduzir a população. O cerimonial seguiu para o juramento do clero, depois da nobreza e do povo. O povo miúdo fez juramento em massa, sem a mesma cerimônia dos outros grupos. Finalizaram a cerimônia dando vivas ao “bom soberano”.

Obviamente a Constituição alterou o sistema de voto e trouxe uma série de novos regulamentos para a sociedade taubateana. Todavia, podemos observar que a lógica de distinção social através dos serviços prestados à Coroa não teve mudança significativa, ao menos nesse primeiro momento.

Por fim, entre 1780 e 1797, ocorreram oito reuniões distintas que contaram com a participação do “povo” ou de “pessoas boas” ou de “republicanos” que deveriam debater as questões ou votarem em resoluções para a vila.

Em 1780, os oficiais se reuniram para decidir sobre o problema das bexigas. Ficou acordado que as pessoas seriam conduzidas a casas afastadas construídas pelos signatários e demais oficiais. Em 1783, os oficiais da câmara receberam um “requerimento do Povo” questionando as obras na Igreja Matriz pelo mestre de obra Cesarino de Araújo. O mestre deu as respostas que parecem ter satisfeito os sujeitos, exceto Pedro Pereira Barros e Pedro Peixoto da Silva, sendo que todos assinaram como confiantes no término da obra.

Outra obra importante ocupou a pauta dos “republicanos e pessoas boas” no ano de 1792: a construção da nova cadeia. A discussão definiu que o lugar para a construção seria contíguo aos “muros das casas que foram do falecido capitão José Correia Leme Marzagão, hoje do capitão Antônio Cordeiro Coutinho”, onde haveria benefício ao povo porque seguiria o “arruamento” da rua dos Giros, na região central. No mesmo ano, novamente os republicanos foram chamados para inspecionarem a obra e decidiram por expandir a construção, haja vista a necessidade crescente de espaço.

No ano seguinte, 1793, um grupo acostumado a frequentar a câmara peticionou a abertura do aterro e do tanque de água da vila para que fossem limpos. Os oficiais, então, convocaram os “republicanos e homens bons” para acordarem sobre a limpeza. Em abril do mesmo ano, os oficiais fizeram consulta aos “melhores do povo” para definir as regras para o abate de reses e comércio de carne na vila. Ainda em novembro, uma nova convocação foi feita. Desta vez, os oficiais queriam acordar sobre os custos das festividades comemorativas pelo nascimento da Princesa da Beira, quando procissões, velas acesas por vários dias e outras atividades marcaria a data na vila.

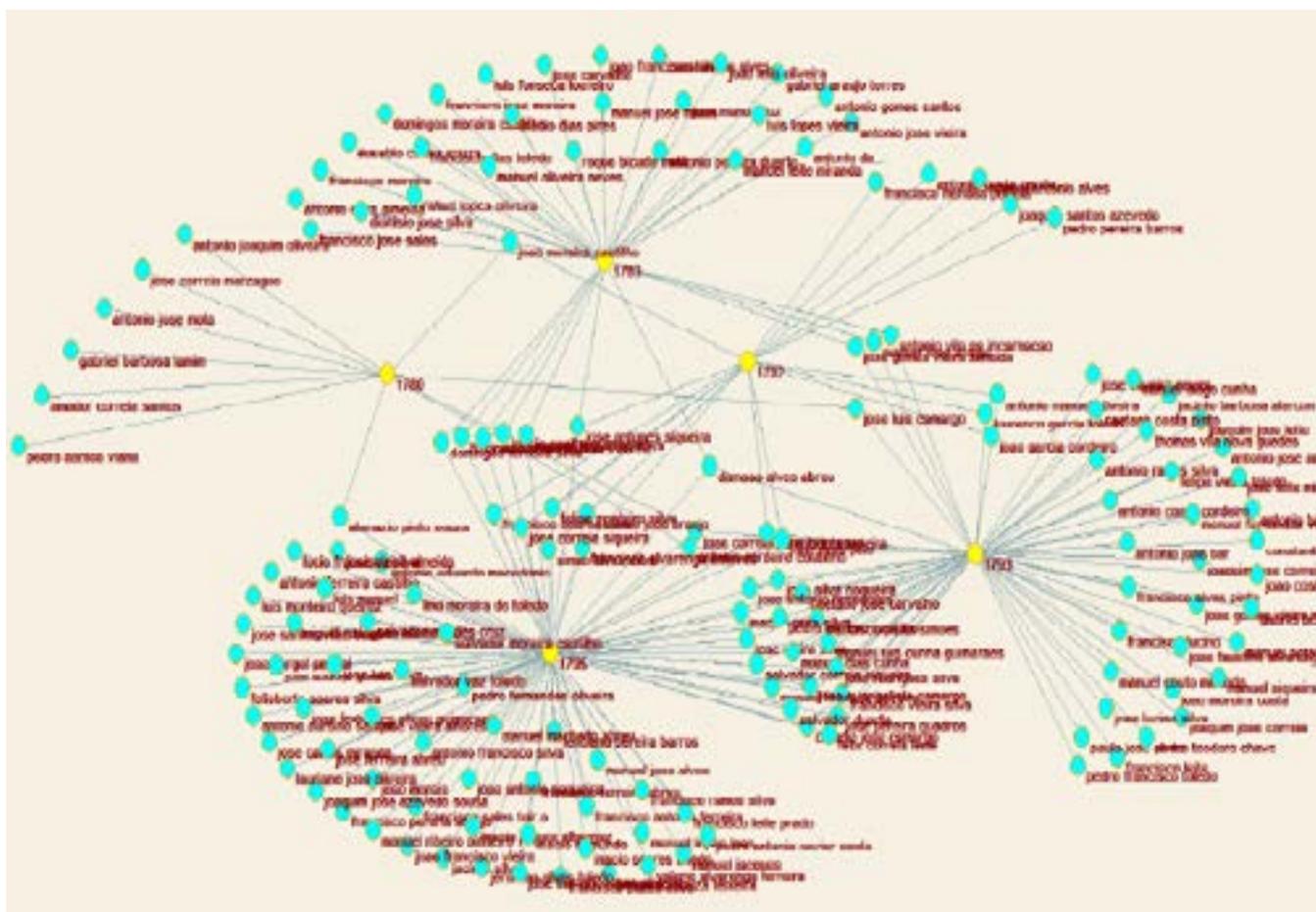
Por fim, em maio de 1795, um novo requerimento do povo foi passado na câmara, no qual se pedia uma nova forma de contribuição à Matriz para finalizar as obras. O requerimento foi aprovado pelos oficiais e assinado por todos os presentes (GUISARD

FILHO, 1943, p. 23-24, p. 302-304, p. 315-316, p. 329-331, p. 332-334, p. 350-351 e p. 380-382).

As múltiplas reuniões apontadas acima nos fizeram buscar uma nova imagem que pudesse contemplar somente as convocações de republicanos. O novo banco de dados foi efetuado e se extraiu a imagem a seguir.

Nela compreendemos uma série de sujeitos que se ligaram em diferentes anos, especialmente nas convocações de 1793 e 1795. Devemos colocar em perspectiva esse resultado. A proximidade das reuniões contribuiu para o cruzamento de sujeitos e, ao mesmo tempo, o ano de 1793 teve três reuniões distintas que convocaram o Povo, o que aumenta a probabilidade dos sujeitos aparecerem na imagem. Todavia, apesar de ressalvas, é inegável que todos os indivíduos que compõe essa imagem eram, em alguma medida, potentados locais. E, os que conseguiram se vincular em mais reuniões eram, provavelmente, detentores de *status* superior naquela localidade.

Imagem 3 – Rede social dos Republicanos em Taubaté, 1780-1795



Fonte: autoria própria.

A partir da Imagem 3, notamos uma presença maciça de convocados para as reuniões de 1793 e 1795. Muitos sujeitos estiverem presentes somente nas votações desses anos, mas não estiveram nas reuniões de 1780, 1782 e 1792. O raciocínio que adotamos foi analisar os anos e as reuniões.¹⁵ Em 1793, o grande número de convocados

¹⁵ Embora seja possível a existência de grupos rivais na câmara, os documentos não permitem afirmar que eles de fato existiram e nem que esse fosse um motivo para a ausência de determinados indivíduos

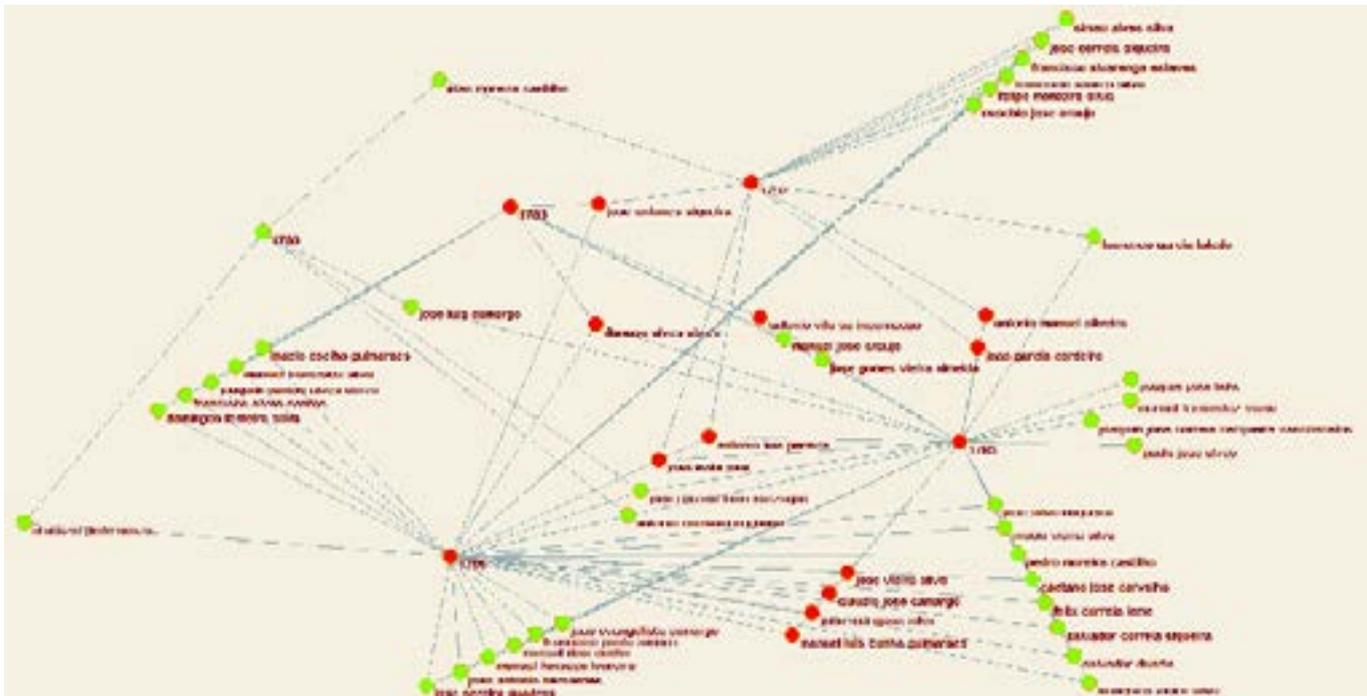
se explica por concentrar três reuniões distintas. E, em 1795, acreditamos que o alto número de “*homens-bons*” se deveu ao caráter da reunião, que exigiria o esforço de todo o Povo, mesmo o miúdo, no pagamento da reforma da Matriz. O povo foi obrigado a pagar a reforma da seguinte forma: “por cabeça de casal a oitenta réis e pelos fâmulos de comunhão a quarenta réis e de confissão a vinte réis” (GUISARD FILHO, 1943, p. 381).

O grafo 3 também infere que determinados personagens foram convocados para reuniões específicas, mas não retornaram para outras chamadas. Podemos citar numerosos cenários em que a segunda convocação não se tornou possível, como a migração, a ausência por negócios, o falecimento e outras desventuras nas vidas dos sujeitos. Também podemos imaginar que alguns sujeitos estavam mais afeitos às decisões referentes à construção da nova câmara e menos propensos a debaterem a limpeza do tanque, por exemplo. Todavia, mais significativo para o processo histórico, foi identificar os indivíduos centrais, aqueles se apresentaram em diferentes anos para participarem das reuniões.

Por isso, a partir dessa imagem selecionamos a função *core* do *software*. A função possibilita identificar os sujeitos centrais na formulação da rede. A rede foi simplificada contando somente com os agentes centrais. O grafo 4, então, revela os sujeitos considerados centrais pelo *software* na colocação laranja e os sujeitos comuns ficaram com a coloração verde (inclusive o ano de 1780).

A imagem 2 foi ponto central no argumento ensejado em todo o artigo. Anotamos que diferentes sujeitos circularam na presença da câmara em diferentes anos, o que demonstra a preocupação em manter-se a par do desenrolar político e, principalmente, da instância decisória da localidade.

Imagem 4 – Republicanos com maior quantidade de participações na câmara de Taubaté



Fonte: autoria própria.

nas reuniões. Possivelmente, as estratégias de casamento e as alianças locais podem ter acomodado os conflitos internos (MARTINS, 2010, p. 422).

Podemos salientar, novamente, a grande quantidade de agentes envolvidos nas votações de 1793 e 1795. O ponto que levantamos acima fica evidente na imagem. Porém, a longevidade de alguns indivíduos mostra uma situação mais problemática e mais significativa na análise. No canto esquerdo, Atanazio Pinto Souza mostrou longevidade ao participar das reuniões de 1780 e de 1795, e na parte superior João Moreira de Castilho, presente em 1780 e 1792.

Na área central, mais à esquerda, desvelamos os senhores Inácio Coelho Guimarães, Manuel Francisco da Silva, Joaquim dos Santos Alves de Abreu, Francisco Alves dos Santos e Domingos Ferreira da Silva. Todos participaram da reunião de 1783 (obras na Matriz) e 1795 (nova obra na Matriz). Pode-se acreditar que esses sujeitos tinham maior interesse pelas questões religiosas da vila, sendo convocados quando era necessário discutir as obras na Matriz, mas ausentando-se das outras reuniões.

Na área inferior do grafo encontramos muitos sujeitos que participaram das reuniões de 1793 e 1795. Pontuamos que a proximidade de anos tenha favorecido essa ocorrência. Todavia, quatro sujeitos roubam a cena ao serem grafados com a coloração laranja: José Vieira da Silva, Cláudio José de Camargo, José Rodrigues da Silva e Manuel Luis da Cunha Guimarães. E, por fim, na área central do grafo podemos observar os sujeitos que tiveram participação em várias reuniões: Damaso Alves de Abreu, Antônio Luis Pereira, João da Mota Pais, José Correia Leme Marzagão e Antônio Cordeiro Coutinho.

O cruzamento entre as imagens 2 e 4 nos permitiu identificar os senhores que tiveram atuação destacada na câmara em diferentes anos e nas reuniões de republicanos. Em ordem alfabética foram: Antônio Cordeiro Coutinho, Antônio Luis Pereira, Caetano José de Carvalho, Dâmaso Alves de Abreu, Eusébio José de Araújo, Felipe Monteiro Silva, Félix Correia Leme, Francisco Soares da Silva, João Garcia Cordeiro, João da Mota Pais, Joaquim dos Santos Alves de Abreu, José Silva Nogueira, Lourenço Garcia de Toledo, Pedro Moreira de Castilho, Salvador Correia Siqueira e Simão Alves da Silva. Para finalizar, vamos reconstruir as relações entre alguns os sujeitos apontados.

A partir dos inventários, disponíveis no Arquivo Histórico Municipal de Taubaté Félix Guisárd Filho, pudemos desenrolar mais detalhes das histórias de vida dos sujeitos que permaneceram na câmara constantemente. Deparamos-nos com o inventário de João Garcia Cordeiro, alferes, falecido em 1795 e que deixou entre seus herdeiros e reverendo João Antunes Cordeiro, o alferes José Luis de Camargo, Anna Antunes Cordeiro e o capitão Antônio Cordeiro Coutinho (Arquivo Histórico Municipal de Taubaté, 1795, Alferes João Garcia Cordeiro, p. 1-4b).

Entre os filhos do alferes João, o alferes José Luis de Camargo apareceu em duas votações de republicanos, em 1780 e 1793, e o seu inventário, aberto em 1807, confirma a filiação (AHMT, 1807, alferes José Luis de Camargo, p. 3-3b). Já o capitão Antônio Cordeiro Coutinho também apareceu em uma série de votações de republicanos e serviu a câmara como almotacé, em 1792, e procurador (em 1796 e 1797).

O processo de inventário *post-mortem* do capitão Antônio Cordeiro Coutinho apontou que ele não tinha herdeiros, posto que “fora casado nulamente com Luiza Fernandes, e que com ela não fizera vida marital e que por essa causa não tivera filho algum”, e indicou como testamentário e único herdeiro o sargento-mor Eusébio José de Araújo. Não conseguimos encontrar no processo os motivos que levaram à escolha do

sargento-mor, embora saibamos pelas dívidas dos três processos que ele era próximo aos membros da família (AHMT, 1796, capitão Antônio Cordeiro Coutinho, p. 1-1b).

A breve descrição da relação da família vem ao encontro da lógica da sociedade de Antigo Regime nos trópicos, na qual o *status* social é partilhado pelos membros da família. O mando foi exercido por diversos membros da mesma família e se mantém o poder decisório nas mãos de poucos sujeitos.

Considerações finais

O objetivo principal do texto era identificar o processo de mando na sociedade colonial taubateana. Apresentamos as principais características econômicas da vila, indicando a evolução da produção de açúcar e as múltiplas atividades econômicas efetuadas, como a criação de animais e o comércio de gêneros com outras capitânias.

Em seguida, identificamos a questão do poder e mando, especialmente do poder local. A sociedade colonial foi estruturada com vistas no Antigo Regime europeu, com a complexidade advinda dos elementos indígenas e africanos na composição social. Em Taubaté, as famílias abastadas utilizaram signos de distinção e mando nos documentos oficiais. Nas atas da câmara eles se colocaram como responsáveis pela condução da população local. E, nos maços populacionais foram arrolados como “senhor de engenho” e listaram suas patentes nas ordenanças, identificando-os como sujeitos de poder.

A sistematização das atas da câmara em bancos de dados e sua transformação em imagens no Pajek permitiram vislumbrar a intrincada rede de poder que se desenvolveu na vila. O exercício verificou que os sujeitos buscavam a câmara para demonstrarem o mando sobre outros e ficarem a par das discussões mais importantes para os moradores da vila. O sistema de seleção por “homens-bons”, feito até a Constituição de 1824, favorecia a manutenção da diferença e referendava o respeito que um sujeito tinha por outro.

As imagens mostram que alguns sujeitos circularam pela câmara em diferentes anos, prestando vários serviços e atuando em diferentes votações do povo. Podemos inferir que eles tinham grande influência nas elites locais, pois eram convocados sempre que havia a decisão de mudanças que afetavam a população local.

Porém, também existe a possibilidade que sujeitos de elevado poder (financeiro ou social) não registrem participação expressiva na câmara, pois estavam em busca de voos mais altos. Duas figuras são importantes para compreender essa questão: Cláudio José de Camargo e Antônio Moreira da Costa. Ambos eram tenentes coronéis milicianos, senhores de engenho, negociantes de animais e de artigos de importação, tinham mais de 20 escravos e se apresentaram na Câmara em algumas votações – Cláudio em nove oportunidades e Antônio Moreira da Costa, em treze. Devido às múltiplas atividades às quais se dedicavam podiam, por exemplo, colocar aliados na câmara, aumentando o poder de sua rede social sem precisarem ficar presos às sessões, excetuando em questões de relevância. As imbricadas redes de poder e a complexidade das trajetórias impossibilita analisar todas as possibilidades em um artigo, mas acreditamos ser possível pontuar as linhas mestras e apresentar o uso do recurso Pajek no estudo de História.

Referências

Fontes

Documentos dos Maços de População:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. *Maços de população*. Vila de Taubaté, 1789-1830: rolos 200-222.

Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizados pelo Projeto Resgate Barão de Rio Branco:

“Ofícios (cópia) dos oficiais, respectivamente, das câmaras das vilas de Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, São Luis do Paraitinga, Jacareí, Mogi das Cruzes e cidade de São Paulo, a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, datados entre 4 de novembro de 1775 e 7 de Dezembro de 1776, todos do mesmo teor, solicitando que se proíba as plantações de cana de açúcar e de tabaco nas Minas Gerais, assim como o fabrico de aguardente, na mesma região onde são notoriamente prejudiciais que se as incentive naquelas vilas de São Paulo, que tanto necessitam de comércio próprio”. 18 de novembro de 1775. Vila Nova de São Luiz da Paraitinga. AHU_ACL_CU_023, Cx. 7, D. 397.

Documentos do Arquivo Histórico Municipal de Taubaté “Félix Guisárd Filho”:

Inventários e testamentos do 2º Cartório de ofício (1646-1905).

Bibliografia

ALVES, Maurício Martins. *Caminhos da pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*. Taubaté, SP: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1999.

_____. *Formas de Viver: formação de laços parentais entre cativos em Taubaté, 1680-1848*. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1997. (Coleção Reconquista do Brasil).

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial*. 2006. 352 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOTELHO, Tarcísio R., ANDRADE, Mateus Rezende de, LEMOS, Gusthavo (Org.). *Redes Sociais e História*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2013.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

2010.

FRAGOSO; ALMEIDA; SAMPAIO (org.). *Conquistadores e negociantes: Histórias das elites no Antigo Regime nos trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

FRAGOSO, João. FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto – mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no Império português, século XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GUISARD FILHO, Félix. *Taubaté*. Atas da Câmara (1780-1798). São Paulo: Empresa Editora Universal, v. I, 1943.

_____. *Taubaté*. Papéis avulsos (1822-1854). São Paulo: Empresa Editora Universal, v. I, 1944.

KLEIN, Herbert. LUNA, Francisco. *Escravidão no Brasil*. Trad. Laura Teixeira Motta. 1ª ed. São Paulo: Edusp - Imesp, 2010.

MATTOS, Renato de. *Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)*. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARTINS, Maria Fernanda. *Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX*. In: FRAGOSO; ALMEIDA; SAMPAIO (org.). *Conquistadores e negociantes: Histórias das elites no Antigo Regime nos trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

MONTEIRO, Nuno G. *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

ORTIZ, Bernardo José. *São Francisco das Chagas de Taubaté*. Taubaté Colonial. Livro 2º. Taubaté, SP: Prefeitura Municipal de Taubaté, 2ª Ed., 1996.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Edipe, 1968.

RANGEL, Armênio de Souza. *Escravidão e riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté, 1765-1835*. 1990. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1990.

SERRATH, Pablo Oller Mont. *Dilemas & Conflitos na São Paulo Restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

TOLEDO, Francisco de Paula. *História do município de Taubaté*. Taubaté, SP: Prefeitura Municipal de Taubaté, 2ª edição, 1976.